GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

banrisul consórcio

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Siqueira Campos, 833 - 4º andar - Porto Alegre - RS

b) Passivos contingentes
De acordo com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões para os passivos contingentes classificados como possíveis pelos assessores jurídicos. Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como possíveis para os períodos de 31/12/2024 e 31/12/2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos contingentes fiscais	39.306	35.550
Passivos contingentes cíveis	406	-

14. Patrimônio líquido (Administradora)
a) Capital social
O Capital Social no valor de R$ 330.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações. A participação dos acionistas minoritários é de 0,3%.
b) Distribuição de resultados
O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.
A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida de acordo com a Lei das S/A e o estatuto social da companhia.
Conforme aprovação do Conselho de Administração, o valor pago a título de juros sobre capital próprio (JSCP) no ano de 2024 foi calculado nos termos da Lei 9.249/95.

	2024	2023
Patrimônio líquido ajustado exercício anterior	433.487	377.053
(x) TJLP Acumulada	6,85%	7,05%
(=) JSCP Pagos	29.694	26.582
Reflexos tributários sobre JSCP pagos (34%)	10.096	9.038

O quadro a seguir demonstra o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de acordo com o estatuto social vigente, aos quais foram imputados os juros sobre capital próprio.

	2024	2023
Lucro líquido do período	85.081	83.017
Reserva legal (5%)	(4.253)	(4.151)
Base de cálculo dos dividendos	80.828	78.866
Dividendos propostos (25%)	20.207	19.717
JSCP distribuído (líquido imposto de renda)	25.240	22.595
Dividendos por ações em circulação – R$	0,23	0,21

15. Receita de prestação de serviços
A taxa de administração de consórcio é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 (recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução BCB nº 120/2021).

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Taxa de administração de consórcio	58.927	115.985	102.389
Taxa de permanência sobre recursos não procurados	4.330	7.671	4.897
Outras receitas de serviços	733	1.441	1.475
Total	**63.990**	**125.097**	**108.761**

16. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Provisões			
Provisões operacionais	(3.328)	(6.116)	(7.148)
Riscos cíveis e fiscais	(265)	(323)	(632)
Subtotal	**(3.593)**	**(6.439)**	**(7.780)**

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Serviços de terceiros	(11.040)	(22.422)	(20.339)
Diretoria e conselhos	(950)	(1.586)	(920)
Aluguéis	(229)	(455)	(435)
Comissões de vendas	(3.350)	(4.967)	(1.700)
Processamento de dados	(2.327)	(3.979)	(3.756)
Propaganda e publicidade	(774)	(1.192)	(1.019)
Doações e patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(609)	(609)	-
Diversas	(978)	(2.072)	(2.975)
Subtotal	**(20.257)**	**(37.282)**	**(31.144)**
Total	**(23.850)**	**(43.721)**	**(38.924)**

17. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)
a) Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2024	2024	2023 (Reapresentado)
Resultado antes dos tributos	**58.595**	**115.558**	**108.064**
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ (1)	(3.548)	(6.112)	10.369
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL (1)	(3.539)	(6.129)	10.369
(=) Base IRPJ	**55.047**	**109.446**	**118.433**
(=) Base CSLL	**55.056**	**109.429**	**118.433**
Imposto de renda	(13.750)	(27.338)	(29.585)
Contribuição social	(4.955)	(9.849)	(10.659)
Deduções doações e patrocínios	609	609	-
IRPJ e CSLL corrente	(18.096)	(36.578)	(40.244)
IRPJ e CSLL diferidos	3.019	6.101	12.442
IRPJ e CSLL registrados no resultado	**(15.077)**	**(30.477)**	**(27.802)**

1) As exclusões permanentes referem-se, majoritariamente, a juros sobre capital próprio distribuídos. As adições e as exclusões temporárias são compostas, substancialmente, pelos ajustes ao regime de competência do CPC 47 (receita antecipada e custo incremental para obtenção de contrato).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Diferenças temporárias				
Provisões operacionais	1.747	(517)	1.230	1.747
Provisão créditos de liquidação duvidosa	18	(6)	12	18
Receita antecipada	29.943	11.440	41.383	29.943
Riscos cíveis e fiscais	272	21	293	272
Total do ativo fiscal diferido	**31.980**	**10.938**	**42.918**	**31.980**

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2025	3.004	8.346	11.350
2026	2.141	5.946	8.087
2027	1.638	4.561	6.189
2028	1.135	3.153	4.288
2029	928	2.579	3.507
Após 2030	2.514	6.983	9.497
Total 31.12.2024	**11.360**	**31.558**	**42.918**
Total 31.12.2023 (Reapresentado)	8.465	23.515	31.980

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	226	(117)	109	226
Custo incremental para obtenção de contrato	8.341	4.837	13.178	8.341
Total do passivo fiscal diferido	**8.567**	**4.720**	**13.287**	**8.567**

18. Transações com partes relacionadas (Administradora)
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de baixo risco.
As transações com partes relacionadas com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. compreendem depósitos e aplicações em letras financeiras bem como acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Consórcios. Já o Fundo Premium é administrado pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários. Em dezembro/2024, a participação societária de 0,18% na Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. foi vendida ao controlador (Banrisul).

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista	410	-	584	-
Instrumentos financeiros	467.804	51.721	450.801	56.881
Convênio prestação de serviços	(5.767)	(35.176)	(8.154)	(43.546)
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento				
Investimento (MEP)	-	742	4.249	964
Fundo Premium FI RF LP				
Instrumentos financeiros	57.858	3.887	18.391	2.302

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Os Administradores possuem uma cota de grupo de consórcio administrado pela companhia.
19. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)
O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não houve resultado não recorrente no ano de 2024.
20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)
As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R$ 739.688 (31/12/2023 – R$ 770.646) e estão alocadas em cotas de fundos referenciados DI administrados pela Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários.
21. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)
Os direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Curso normal	947.192	936.523
Em atraso	3.507	5.608
Em cobrança judicial	6.074	6.056
Total	**956.773**	**948.187**

22. Instrumentos financeiros (Administradora)
O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando, por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.
23. Gerenciamento de risco
A Banrisul Consórcios aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

Felipe Moreira Cruzeiro — Micheli Tassiani Petry — Paula Ferreira Krieger

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios - Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Banrisul Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2025.

Gilberto Capoani
Diretor-Presidente
Artemino Raimundo Rosin
Diretor
Otomar Oleques Vivian
Diretor

Conselho de Administração
Fernando Postal - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**
Elizabete Rejane Sodré Tavares - **Conselheira**
Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**
Sonia Maria Nogueira Saconi - **Conselheira**
Werner Köhler - **Conselheiro**

Debora Dill Cavalheiro Corrêa
Contadora
CRC RS-094261/O-7

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

LEIA O QRCODE